



## Meet the Law

### **Tribunal Constitucional decide pela inconstitucionalidade da não apreciação da exceção de invalidade da patente invocada em arbitragens de produtos farmacêuticos**

#### **Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 251/2017**

O Tribunal Constitucional decidiu julgar inconstitucional a interpretação do artigo 2.º da Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro e artigos 35.º, n.º 1, e 101.º, n.º 2, do Código da Propriedade Industrial no sentido de que o demandado numa arbitragem necessária de produtos farmacêuticos (ao abrigo da Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro) não se pode defender por exceção invocando a invalidade de patente, ainda que com meros efeitos entre as partes, como vinha sendo decidido em diversas arbitragens e confirmado pela Relação de Lisboa e até pelo Supremo.

O Tribunal Constitucional entendeu que essa interpretação conduz a uma restrição desproporcionada do direito à tutela efetiva dos direitos das partes, e, mais concretamente, do direito de defesa das entidades demandadas.

Com efeito, como reconheceu o órgão fiscalizador da aplicação da Constituição, implicaria um sacrifício significativo do direito de defesa impedir este meio de defesa genericamente reconhecido a todas as partes demandadas já que tal restrição implicaria, na maioria dos casos, que as entidades demandadas se vissem forçadas a intentar ações de invalidade da patente (via processual única) perante o tribunal estadual para declarar a invalidade de patentes, mais precisamente o Tribunal da Propriedade Intelectual, enquanto eram sujeitas a condenações nos processos arbitrais, os quais tendencialmente são de resolução muito mais célere.

A decisão do Tribunal Constitucional vem, assim, pôr termo àquela que era talvez a mais significativa questão jurídica controvertida resultante da aplicação do regime de arbitragem necessária referente à composição dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos

O Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 251/2017 pode ser consultado clicando **[aqui](#)**.

**Para informação adicional, por favor contacte:**

José Luís Arnaut | Sócio  
[joseluis.arnaut@cms-rpa.com](mailto:joseluis.arnaut@cms-rpa.com)

Joaquim Shearman de Macedos | Sócio  
[joaquim.macedo@cms-rpa.com](mailto:joaquim.macedo@cms-rpa.com)

Inês Amaral Rodrigues | Associada  
[ines.rodrigues@cms-rpa.com](mailto:ines.rodrigues@cms-rpa.com)

A CMS Rui Pena & Arnaut é membro da CMS, organização transnacional de sociedades de advogados com 70 escritórios em 39 jurisdições.

A CMS está presente nos seguintes países europeus:

Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Espanha, França, Holanda, Hungria, Itália, Luxemburgo, Montenegro, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República da Eslovénia, República Eslováquia, Roménia, Rússia, Sérvia, Suíça, Turquia e Ucrânia

Fora da Europa a CMS está presente na Argélia, Brasil, Chile, China, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Hong-Kong, Irão, Perú, México, Marrocos e Omã.

*CMS Rui Pena & Arnaut is a member of CMS an organisation of independent law firms with 70 offices in 39 countries around the world.*

*CMS Presence in europe:*

*Albania, Austria, Belgium, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Croatia, Czech Republic, France, Germany, Hungary, Italy, Luxembourg, Montenegro, Netherlands, Poland, Portugal, Romania, Russia, Scotland, Serbia, Slovakia, Slovenia, Spain, Switzerland, Turkey, Ukraine and United Kingdom*

*CMS Presence Outside Europe:*

*Algeria, Brazil, Hong-Kong, Iran, Chile, China, Colômbia, Mexico, Morocco, Oman and United Arab Emirates*

[cms.law](http://cms.law)

Esta publicação não pode ser divulgada, copiada ou distribuída sem autorização prévia da Rui Pena, Arnaut & Associados - Sociedade de Advogados, RL. Este documento destina-se a clientes e colegas, contém informação genérica e não configura a prestação de assessoria jurídica que deve ser obtida para a resolução de casos concretos.